É verdadeiro também que todos os serviços públicos estão sendo sucateados, atacados. A recente aprovação do Projeto de lei Complementar nº 26 nesta Casa demonstrou isso.

Enfim, mas, com toda a luta, Sr. Presidente, eu acredito que seja possível fazer uma discussão melhor de como tratar os servidores públicos, sejam da Justiça, sejam da Educação, da Saúde, enfim, todos os serviços públicos do estado de São Paulo.

Nesse sentido, nós da bancada do Partido dos Trabalhadores também não concordamos. Fizemos discussão hoje à tarde e tiramos como posição também não concordar e fazer o devido debate e obstrução. Já foi um avanço retirar da pauta, agora nós queremos, com certeza, aprimorar ou retirar de vez esse projeto de lei.

Muito obrigada. Cumprimento todos os oficiais de Justiça presentes nesta Casa hoje. Muito obrigada, Sr. Presidente. (Manifestação nas galerias.)

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputado Caio. É regimental.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, apenas para reforçar a nossa fala, primeiro, de respeito aos oficiais de Justiça, que estão presentes aqui na Assembleia em uma grande mobilização inicial chamada há pouco tempo e que conseguiu mobilizar praticamente todas as comarcas do Estado.

Nós estivemos em uma reunião agora há pouco, também somos contrários ao PL 752, de 2021, do Tribunal de Justiça. Digo que nós já apresentamos duas emendas supressivas dos artigos sexto e sétimo da presente lei para que a gente possa garantir a esses oficiais, que já perderam ao longo dos anos diversos percentuais em cima das diligências, para que eles não percam ainda mais.

Quero lembrar que esse mesmo projeto, presidente, no ano passado, esta Casa já rejeitou esse projeto. Portanto, não me parece condizente que esse projeto retorne a esta Casa sendo que a própria Assembleia já definiu ser contra a retirada de direito dos oficiais de Justiça nas diligências, especialmente ao se tratar da justiça gratuita, que é para as pessoas que mais precisam, que têm mais dificuldade de ter acesso ao Judiciário.

Como já foi dito aqui, nesses últimos anos nós tivemos aumento em todos os setores da sociedade, gasolina, alimentação, e os oficiais de Justiça também tiveram perdas. Eu tenho, para muito orgulho de minha parte, meu pai, que foi governador do estado de São Paulo, foi oficial de Justiça, portanto, a gente tem um carinho muito grande pela carreira, a gente sabe da importância dos oficiais de Justiça.

É por esse motivo que eu também quero orientar que a bancada do PSB possa ser contra esse projeto de lei. Caso necessário, tem protocoladas já duas emendas ao projeto retirando o artigo que retoma ao Tribunal de Justiça esses 5%, que, na verdade, acabam sendo 50% de tudo o que o oficial ganha nas diligências.

Portanto, o nosso respeito, o nosso carinho, em nome do Cássio e do Mário, que representam a Aojesp e estão aqui hoje na Assembleia Legislativa.

É isso, Sr. Presidente. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigado, deputado Caio.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - Havendo acordo entre líderes, gostaria de requerer a V. Exa. o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Havendo acordo entre as lideranças, nós vamos levantar a presente sessão.

Dizer que já tinha sido tratado os oficiais de Justiça hoje, no Colégio de Líderes, que nós não iríamos, esse projeto estava para ser discutido, e não para ser pautado. A deputada Janaina, junto com a deputada Professora Bebel, pediram que a gente fizesse a discussão.

Então só para informar que hoje é o último dia de emendas para que a gente possa fazer alteração no projeto. Muito obrigado.

Está levantada a presente sessão, lembrando que daqui a dez minutos, às 17 horas e 05 minutos, começaremos a primeira sessão extraordinária, para a discussão do Projeto de lei 410, de 2021, que versa sobre o Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

Muito obrigado. Uma boa tarde a todos.

* * *

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 57 minutos.

* * *

16 DE NOVEMBRO DE 2021 27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CARLÃO PIGNATARI e SEBASTIÃO SANTOS
Secretaria: MARTA COSTA e EDSON GIRIBONI

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência e abre a sessão. Coloca em discussão o PL 410/21.

2 - ARTHUR DO VAL

Para comunicação, menciona reunião, juntamente com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, para discutir o desconto no IPVA e na compra de carros para os mesmos. Informa que, com o teto de 70 mil reais, não será possível comprar nenhum veículo no mercado. Lamenta que este seja um desconto que não pode ser aplicado. Diz ter feito um ofício para que o teto seja aumentado.

3 - PROFESSORA BEBEL

Para questão de ordem, menciona as seis horas de discussão para o PL 410/21. Cita que chegou a esta Casa o PLC 37, que discorre sobre o uso do Fundeb. Questiona o Sr. Presidente quando será tratado este tema.

4 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Diz esperar que o projeto seja pautado até a próxima semana.

5 - MÁRCIA LULA LIA

Discute o PL 410/21.

6 - PROFESSORA BEBEL

Solicita uma verificação de presença.

7 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.

8 - CAIO FRANÇA

Para comunicação, lembra ter protocolado, desde 2019, um projeto de lei que autoriza a inclusão de medicamentos à base de cannabis no SUS. Esclarece que estes medicamentos já foram aprovados pela Anvisa. Lamenta que o mesmo esteja parado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação desde 2019. Pede que o presidente paute a urgência deste projeto na próxima semana. Afirma que a cannabis medicinal é usada para diversas doenças, melhorando as condições de vida dos pacientes.

9 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Esclarece que o projeto tem como objetivo autorizar o uso destes medicamentos, já aprovados pela Anvisa, no SUS.

10 - CAIO FRANÇA

Informa terem outros deputados coautores do projeto.

11 - CARLOS GIANNAZI

Discute o PL 410/21.

12 - PROFESSORA BEBEL

Solicita uma verificação de presença.

13 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que constatou quórum.

14 - SEBASTIÃO SANTOS

Assume a Presidência.

15 - RAUL MARCELO

Discute o PL 410/21.

16 - PROFESSORA BEBEL

Solicita a suspensão da sessão por 3 minutos, por acordo de lideranças.

17 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Defere o pedido e suspende a sessão às 18h32min; reabrindo-a às 18h37min.

18 - PROFESSORA BEBEL

Para comunicação, informa que as lideranças acordaram em dar o projeto por discutido por 2 horas e 30 minutos. Solicita que haja alteração do método de votação.

19 - VINÍCIUS CAMARINHA

Para comunicação, reafirma o entendimento das lideranças para dar por discutido este projeto por 2 horas e 30 minutos. Ressalta que o projeto deverá voltar a ser discutido na próxima terça-feira.

20 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Confirma que todas as lideranças estão de acordo com o proposto. Convoca os Srs. Deputados para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão. Informa que os congressos de comissões serão realizados amanhã às 11 horas. Ressalta que foram dadas por discutido 2 horas e 30 minutos do projeto. Levanta a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Presente o número regimental das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior. Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Proposição em regime de urgência. Discussão e votação do Projeto de lei nº 410, de 2021, de autoria do Sr. Governador, que altera a Lei nº 4.957, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre os planos públicos de valorização e aproveitamento de recursos fundiários, e a Lei nº 10.207, de 8 de janeiro de 1999, que cria a Fundação Instituto de Terras de São Paulo "José Gomes da Silva" - Itesp, com um substitutivo e 87 emendas. Retiradas as emendas 2, 4, 18, 21 e 30.

Parecer nº 736, de 2021, do relator especial da Comissão de Constituição, Justiça e Redação favorável ao projeto com emendas. Favorável às Emendas nº 1, 61, 62, 65, 76 e 78 na forma de subemenda apresentada e contrária ao substitutivo e às demais emendas. Art. 26 da Constituição do estado.

Para falar contra, a deputada Márcia Lia.

O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA - Pela ordem, presidente. O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputado.

O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA - Uma breve comunicação? O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não.

O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA - PARA COMUNICAÇÃO

- Só deixar um apelo aqui. Hoje eu conversei com a Tania, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, e ela trouxe um tema - não é o tema hoje da sessão - sobre o IPVA dos carros e o desconto também na compra dos carros para pessoas com deficiência, que o valor hoje, teto, é de 70 mil.

Haja vista a inflação que a gente tem, com 70 mil reais hoje você não tem nenhum veículo no mercado para essa compra. Então é basicamente um desconto que não pode ser aplicado, porque não existe no mercado uma realidade como essa. Então, eu fiz um ofício hoje e apelo para que o governo aumente o teto do valor desses carros para as pessoas com deficiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigado, deputado Arthur do Val. Com a palavra, a deputada...

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputada.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Minha questão de ordem é a seguinte: nós temos esse projeto, PL 410, que começa a ser discutido hoje e teremos aí seis horas de debate.

Por outro lado, já entrou nesta Casa o PLC 37, que atende os profissionais da Educação no que diz respeito ao uso do recurso do Fundeb. Quando será tratado esse tema nesta Casa, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputada Professora Bebel, eu espero que até semana que vem a gente paute o projeto do bônus também. Com a palavra a deputada Márcia Lia, para discutir contra.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Muito boa tarde a todos. Posso retirar a máscara para falar?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputada.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito boa tarde a todos os colegas, a todos os servidores, a todos os oficiais de Justiça que aqui se encontram na defesa de seus direitos. (Manifestação nas galerias.) Quero dizer que nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, estamos totalmente solidários à causa de vocês. Podem contar conosco. (Manifestação nas galerias.)

O que me traz aqui neste momento é o debate...

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Pois não.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Interrompe o meu tempo.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Ah, sim. A questão de ordem é uma verificação de presença. É regimental. Convido para fazer a chamada os deputados Douglas Garcia e Altair Moraes.

* * *

- Verificação de presença.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Havendo número regimental com a deputada Damaris Moura, com a palavra, para discutir contra, a deputada Márcia Lia.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Antes de eu iniciar minha fala, eu quero explicar às pessoas que se encontram aqui no nosso plenário que essa movimentação dos deputados que se retiram é para a gente fazer obstrução aos projetos com que nós não concordamos, que vêm goela abaixo do governo de São Paulo.

Dito isso, eu quero me ater ao Projeto de lei 410, de autoria do Sr. Governador, João Agripino Doria, que pretende outorgar título de domínio para transferir a propriedade resolúvel de lotes das famílias beneficiárias dos planos públicos de valorização e aproveitamento de recursos fundiários do estado de São Paulo.

O que significa isso, para que todos possam compreender? O governador Montoro, antes da Constituição de 1988, entendeu a necessidade de fazer a outorga através de permissão de uso dos lotes de terras públicas, de terras devolutas do estado de São Paulo, para as famílias que precisavam produzir, que

precisavam de um pedaço de terra para fazer que nas nossas mesas nós tivéssemos alimentos e alimentos saudáveis.

Então, Montoro entendeu que essa seria a forma de entregar terras, através da permissão de uso, para que as famílias pudessem produzir alimentos. Passado um tempo, quando eu já estava nesta Casa, nós aprovamos um projeto de lei que concedeu, que outorgou a concessão dessas terras para os usuários, para aqueles que estavam na posse dessas terras.

Esse título de concessão dava às famílias o direito de herança. Portanto, os filhos dos trabalhadores rurais que produzissem nessas terras teriam o direito à herança, no caso de falecimento de seus pais.

Também permitiu que as benfeitorias, eventualmente colocadas por essa família nesse espaço, nessa terra, pudessem então pertencer a essas famílias, e que na eventual desistência desses títulos, que nós pudéssemos, então, avaliar essas benfeitorias e permitir que essas famílias pudessem ser ressarcidas daquilo que investiram nas suas propriedades.

Bom, o que acontece com esse Projeto 410, Projeto de lei 410? Ele autoriza, após dez anos, que, atendidos os requisitos, feito o pagamento de 10% do valor da terra - me parece que há uma emenda que será incorporada a esse projeto para que o valor passe de 10 para 5% do valor da terra nua - e essas famílias, em dez anos, vão pagar esse valor e, em pagando esse valor, essas pessoas terão o direito ao título de domínio. Essas pessoas poderão vender essas terras.

Qual é a nossa dificuldade? Qual a nossa preocupação? É que, de novo, aconteça uma concentração de terras no estado de São Paulo, porque muitas das famílias, por falta de assistência técnica, muitas das famílias, por falta de possibilidade de acessar créditos rurais, por falta de condições muitas vezes de cumprir com o pagamento dos 5% - ou 10% se a emenda não for aprovada - que essas famílias percam, se desestimulem de continuar na terra e vendam, porque não há condicionantes. Não há elementos suficientes para impedir que aconteça essa concentração de terras.

Nós discordamos porque nós entendemos que há uma possibilidade de um título que é muito mais eficaz, que é a concessão de direitos reais de uso, CDURU, que permite a essas famílias que elas tenham o direito de permanecer nessas terras sem terem que pagar nenhum valor, porque a luta da terra já as fez proprietárias dessas terras.

A nossa preocupação grande é a de que o famoso contrato de gaveta se perpetue e que as terras que hoje são arcaizuráveis, terras que produzem alimentos, terras que estão nas mãos de pequenos proprietários, de pequenos posseiros, pessoas que têm o direito de estar naquela terra, que essas pessoas simplesmente não tenham condições de permanecer nessas terras, sejam desestimuladas a isso, e que novamente essas terras possam ser objeto de, em vez de áreas para produção de alimentos, sejam áreas de lazer, sejam contratos "de cessão para outros", que vão começar a aglutinar várias dessas propriedades. E nós vamos perder a possibilidade de os assentamentos continuarem a existir.

Outra coisa que nos preocupa muito é que o governo de São Paulo tentou acabar com o Itesp. Tentou acabar com a possibilidade de que os nossos assentados tivessem assistência técnica, tivessem quem cuidasse de um planejamento eficaz de produção. E o que nós sentimos com esse projeto de lei é que o Itesp será desidratado ao longo de dez anos. Portanto, nós vamos acabar com a Fundação Itesp, que é um órgão fundamental, importantíssimo no estado de São Paulo.

Se alguém me perguntar, deputada, você é contra a outorga do título de domínio? Não, eu não sou contra a outorga do título de domínio, mas eu quero que a gente coloque condicionantes para que esses títulos de domínio não possam passar da mão dos pequenos agricultores, daqueles que lutaram para conseguir essa terra, para a mão de exploradores.

Tem um outro problema, que é mais grave ainda, que foi inserido pelo deputado Mauro Bragato, que é o relator especial desse projeto de lei, que é o Art. 4. E eu vou pedir licença para eu poder ler. O deputado Mauro Bragato, quando apresenta o seu relatório, faz a inserção do Art. 4º, que diz o seguinte:

"Os acordos e as transações de que tratam o Art. 9º da Lei 4.925, de 85, poderão ter por objeto a alienação onerosa, a pessoa natural, de terras devolutas ou presumivelmente devolutas, mediante pagamento do preço fixado com base em percentuais e matriz econômica apresentada pela Fundação Itesp, no importe do valor médio por hectare referente à respectiva região administrativa, observando-se critérios e parâmetros definidos em decreto regulamentar".

Portanto, o que faz esse Art. 4º? Ele permite acordos fundiários, ele permite que aquela pessoa que grilou uma grande propriedade de terras do estado de São Paulo, terras devolutas, esse grande latifundiário vai conseguir agora regularizar a sua vida, em detrimento do patrimônio público, do nosso patrimônio, do patrimônio do povo do estado de São Paulo.

Enquanto nós ficamos pleiteando querer,as, migalhas que caem da mesa, os grandes latifundiários que grilaram as terras no estado de São Paulo serão beneficiados na calada da noite, eles poderão se beneficiar com esse Art. 4º, que foi exaustivamente discutido em audiência públicas por vários representantes de associações, de sindicatos, de ONGs, de especialistas, de muitas pessoas ligadas à Afitesp.

Esse debate foi feito, que o Art. 4º se constituiu em um jabuti para que as terras do estado de São Paulo, as terras do povo do estado de São Paulo sejam entregues por um valor simbólico, por um valor pequeno àqueles que dedicaram suas vidas em grilar terras, por exemplo, no Pontal do Paranapanema. E nós discordamos disso também.

Nós queremos, deputado Vinícius Camarinha... Deputado Vinícius Camarinha, eu estou falando com o senhor. Deputado que é o líder do Governo, nós precisamos subtrair o Art. 4º do Projeto de lei 410, porque esse projeto de lei com o Art. 4º vai beneficiar muita gente que não teria direito a essas terras, porque são grandes latifundiários que se locupletaram em algum momento da terra pública, da terra devoluta, da terra que é do povo de São Paulo, daqueles que geram riqueza, daqueles que trabalham, daqueles que vivem no estado de São Paulo.

Essas pessoas vão se locupletar através desse Art. 4º de um benefício que vai beneficiar as pessoas que, em tese, foram lá e grilaram a terra, foram lá e ocuparam aquela terra em grandes quantidades de terra. E com isso, nós teremos a diminuição de oferta de terras para os assentados, a diminuição de oferta de terras para os produtores, os pequenos produtores, aqueles que, de fato, produzem o alimento que chega às nossas mesas, aqueles que, de fato, lutam no dia a dia em defesa de uma agricultura saudável, sem veneno, de alimentos para atender a necessidade dos mais pobres.

Então, nós não somos contrários à concessão do título de domínio, o que nós queremos é dialogar com o Governo do Estado de São Paulo para que a gente não permita que a gente fique sem garantias. Nós queremos garantias de que o povo que hoje tem a concessão de uso de suas terras possa continuar vivendo nessas terras, produzindo nessas terras.

Se não colocarmos condicionantes, se não aceitarmos emendas que foram apresentadas por vários deputados, por vários partidos desta Casa, o que nós teremos, de fato, será a concentração de terras, novamente, nas mãos de poucos.

Vocês vão se lembrar do êxodo rural que nós tivemos no passado, no estado de São Paulo e no Brasil afora. Pois é. Isso pode se materializar novamente. Nós não queremos que isso se materialize. Portanto, vamos sim conceder, para quem quiser o título de domínio. Vamos sim conceder para quem quiser o título de concessão de direitos reais de uso.

Que a pessoa possa ter o direito de escolher. Que ela possa ter o direito de escolher o que é melhor para a sua condição pessoal. Que a gente coloque emendas condicionantes, emendas que garantam a continuidade dos assentamentos rurais pelo estado de São Paulo, que garantam a permanência do Itesp, que garantam a permanência da assistência técnica,

que garantam que essas pessoas vão ter acesso a crédito, que garantam que essas pessoas continuarão sendo pessoas que têm direitos garantidos por esta Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Nós não concordamos com esse projeto como ele está. Nós queremos melhorá-lo. Nós queremos que as nossas emendas sejam aceitas pelo governo de São Paulo para que nós possamos melhorar e possamos sim dar o título de domínio. Mas que as garantias de que essa área será preservada, na condição de assentamentos rurais, isso é fundamental. Portanto, nós queremos negociar com o governo de São Paulo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigado, deputada. Com a palavra, para falar contra, deputado Carlos Giannazi.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, eu gostaria de aproveitar essa oportunidade, com o plenário com diversos parlamentares, para fazer um apelo a todos os colegas. Eu tenho protocolado, desde 2019...

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Um momento, deputado. Deputado Paulo Fiorilo, deputado Major Mecca, só um minuto de atenção com o nosso deputado Caio França, porque ele quer fazer uma comunicação que eu acho pertinente. Não é sobre o projeto, mas é um projeto dele que está aqui. Nós vamos discutir isso no Colégio de Líderes, segunda-feira. Pois não, deputado Caio.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Obrigado, presidente, mais uma vez agradecendo a gentileza de Vossa Excelência. Tenho protocolado, desde 2019, um projeto de lei que autoriza o Governo do Estado a incluir medicamentos à base da Cannabis no SUS. Todos estão - acredito eu - acompanhando os avanços que a Medicina proporcionou. Nós precisamos colocar o estado de São Paulo na vanguarda desse assunto.

Eu não trato de plantio. Obviamente, não trato de uso recreativo. Eu trato é de incluir os medicamentos, que já são autorizados pela Anvisa, no rol de medicamentos fornecidos pelo SUS aqui em São Paulo. Esse projeto está parado na CCJ desde 2019. Foram 13 pedidos de vista já.

O que quero fazer é um apelo aos colegas, que é o seguinte: todos os projetos dos colegas deputados, por mais que eu tenha divergência no mérito, eu aceito colocá-lo para votar aqui. E quando for necessário, eu voto contra o projeto. Então, eu gostaria de pedir aos colegas que a gente possa votar esse projeto.

Eu fiz um apelo ao presidente para que ele posa pautar a urgência dele na semana que vem. É um assunto que eu tive a coragem de trazer, mas que outros colegas me incentivaram a colocá-lo aqui. Portanto, eu quero fazer esse apelo a Vossas Excelências.

Eu já trouxe milhares de pessoas, de histórias, de relatos de famílias que usam a Cannabis medicinal para diversas patologias. Para convulsões, epilepsia, Parkinson, entre outras doenças. A gente pode dar melhor condição de vida para a pessoa e para as famílias.

O Governo do Estado já faz o fornecimento desses medicamentos, só que exige uma decisão judicial. Não é justo com as famílias tanta burocracia. Para o Estado, além de tudo, é um atraso, porque não consegue fazer o planejamento de uma compra maior, em relação a esse assunto. Portanto, quero fazer esse apelo.

Peço que o presidente, com a sua capacidade democrática de ouvir os demais colegas, possa pautar a urgência dele. Assim como eu, várias vezes, já votei a urgência de projetos que eu não concordava e quando chegava aqui no plenário, eu me manifestei contra. É só isso. Eu agradeço a sua gentileza, presidente, e também ao deputado Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigado, deputado Caio. Um minuto só, deputado Giannazi. Eu só pedi para o deputado Caio fazer essa explicação porque eu não havia lido o projeto e eu tinha entendido que falava sobre plantio, e não é nada disso. É um projeto apenas autorizando a usar no Sistema Único de Saúde, que informação eu vou atrás, que a Anvisa já aprovou esse tipo de medicamento para uso medicamentoso. Parabéns, deputado Caio.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Ao menos para informação dos nossos pares.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Sr. Presidente, se me permite, existem outros colegas deputados que são coautores também do projeto. Então, eu não estou sozinho nesta, tem outros colegas que estão junto conosco nesta jornada.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigado. Desculpe, deputado Carlos Giannazi. Para falar contra, deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia, primeiramente quero saudar mais uma vez a presença dos oficiais de Justiça aqui no Plenário, aqui na Casa hoje, conversando com os deputados, alertando os deputados sobre a gravidade e a injustiça do PL 752, um projeto de lei que ataca os direitos, a dignidade e a sobrevivência desses profissionais, que reduz drasticamente o ressarcimento das diligências. Isso é muito grave.

Como eu disse anteriormente, os oficiais de Justiça já estão com os salários archoados e defasados há muitos anos aqui no estado de São Paulo. Então, manifesto aqui, em nome da bancada do PSOL, o nosso total repúdio ao PL 752, dizendo que nós vamos obstruir e votar contra esse famigerado PL 752. (Palmas.) Obrigado.

Aproveito também, antes de entrar no debate do PL 410, para fazer um apelo aos 94 deputados e deputadas, aos líderes partidários; mais uma vez, apelar ao deputado líder do Governo, deputado presidente Carlão Pignatari, para que nós possamos votar em caráter de extrema urgência o PLC número 37 do abono do Fundeb, logicamente, aprovado com as emendas que foram apresentadas, sobretudo também pelo nosso mandato, incorporando os servidores do Quadro de Apoio Escolar - o QAE, o QSE -, que são profissionais da Educação e podem ser beneficiados com o abono Fundeb.

Lembrando que esse abono Fundeb é determinado por uma lei federal, aliás, pela própria Constituição Federal, e que o Doria não está fazendo favor nenhum. Aliás, esse projeto chegou tardiamente à Assembleia Legislativa. Esse abono já deveria estar sendo pago há um bom tempo; chegou agora, praticamente no final do ano, e mesmo assim ainda não foi aprovado.

Quando é para aprovar uma maldade contra os servidores, como o PLC 26, que retirou direitos dos servidores, daí a Assembleia é rápida, aprova. A base do Governo vem em peso e o projeto é aprovado, como aconteceu com a reforma da Previdência, com o PL 529, com a lei dos precatórios. Agora, quando é algo para beneficiar os profissionais da Educação, então existe uma demora.

Nós podemos fazer isso a qualquer momento, basta que haja o entendimento e que haja o interesse político da Assembleia Legislativa. Então, nós estamos fazendo este apelo público, aqui pela tribuna da Assembleia Legislativa, para que o PLC 37 seja aprovado, votado em caráter de extrema urgência, até porque há um acordo: todos vão votar a favor do PLC 37, é um projeto do Governo.

A oposição vai votar a favor, logicamente que a gente vai querer aprovar as emendas também, então é um acordo dos 94 deputados e deputadas. Votam a favor do PLC, então por que é que ele não foi votado até agora? É um absurdo isso.